

Um cabide de empregos para jornalistas

Sempre veementes na crítica quando o empreguismo federal beneficia outras profissões, os jornalistas de Brasília se tornam assaz flexíveis quando são eles próprios os contemplados pelo inchaço da burocracia do Planalto Central. Sábado passado, 568 jornalistas participaram de um concurso destinado a acrescentar mais um punhado de contracheques à já obesa folha de pagamentos do Senado. Descontados uns poucos profissionais que se manifestaram contra essa nova afronta aos contribuintes, os candidatos aos cabides de emprego do Senado receberam o incentivo e a solidariedade dos colegas e, previsivelmente, das entidades que pretendem representar a categoria profissional.

Tanto os candidatos ao emprego quanto o sindicato dos jornalistas de Brasília argumentam que, ao contrário do que vinha ocorrendo, desta vez o Senado decidiu promover um concurso público para o preenchimento de vagas — fato que a seus olhos livra de qualquer mácula a corrida de mais de 500 profissionais em dire-

ção aos bons salários oferecidos pelos generosos empregadores. É verdade que a realização de um concurso público é sempre melhor que a passagem de um dos “trens da alegria”, cuja partida obedece aos apitos do Congresso. Nem por isso a contratação de mais jornalistas pelo Senado deixa de configurar uma lastimável contribuição ao empreguismo que grassa na capital federal desde a fundação de Brasília.

Todos os jornalistas de Brasília sabem perfeitamente que o Senado não precisa contratar mais profissionais de comunicação para o desempenho de tarefas eventualmente prejudicadas pela carência de pessoal: bastaria exigir que os jornalistas já incorporados ao quadro de funcionários da Casa comparecessem ao local de trabalho (e, naturalmente, trabalhassem). A relação dos jornalistas empregados em gabinetes de senadores abriga alguns ociosos históricos — freqüentemente mencionados, por sinal, em histórias recheadas de ironia contadas por seus próprios colegas nas

mesas dos bares de Brasília mas raramente publicadas. A cobrar desses maus funcionários o fim da indolência, os inscritos no concurso público preferem substituí-los no exercício de suas funções (alguns deles, certamente, com a esperança de também alcançar o ócio sem dignidade).

Não é só. Reportagens publicadas pelo *Estado* mostram que virtualmente todas as grandes empresas de comunicação têm funcionários inscritos nessa corrida rumo aos contracheques do Senado. Essa constatação sugere que a vocação para o duplo emprego, um dos quais no funcionalismo público, continua figurando entre as mais notáveis distorções de Brasília, para desolação dos que sonham com uma imprensa livre. Como pode agir com independência em relação ao Poder Legislativo (ou ao governo) um profissional que dele depende para sobreviver?

A demissão dos jornalistas inscritos no concurso é a única alternativa para os jornais e emissoras de TV que os empregam,

tanto por motivos éticos quanto por razões práticas. Se um profissional for aprovado no concurso, recomenda o manual da imprensa independente que seja dispensado para evitar-se o acúmulo de funções inconciliáveis. Se, ao contrário, for reprovado, merece perder o emprego por insuficiência profissional. Afinal, um jornalista que não serve para o Senado, Casa que jamais valorizou a competência como critério para contratações, tampouco servirá para empresas que se pretendem eficazes.

Alheio a todos esses argumentos, o sindicato dos jornalistas de Brasília procura enxergar nuances políticas em demissões que atendem a regras essencialmente éticas. Durante o regime autoritário, por sinal, o sindicato mais de uma vez criticou jornalistas empregados em certos gabinetes do Legislativo. Mas eram profissionais *de direita*, a serviço, segundo o sindicato, de parlamentares *reacionários*. Com a Nova República e a aparente ascensão da esquerda no Congresso, as delícias do empreguismo foram liberadas para todos.